

VIII Seminário PROTESTE de Defesa do Consumidor

Desafios e Perspectivas: energia elétrica acessível segura e sustentável

Qualidade da Energia Elétrica

Indicadores de Continuidade:

Interrupção no Fornecimento e a compensação aos consumidores

Carlos Augusto Ramos Kirchner Diretor do SEESP



Os parâmetros da qualidade do serviço de energia elétrica

- Indicadores de Continuidade coletivos: DEC e FEC
- Indicadores de Continuidade individuais:
 DIC, FIC e DMIC
- Como e quando surgiram
- Mudanças havidas a partir do início deste ano
- Oportunidade dos consumidores

Serviço Público de Energia Elétrica

Lei das Concessões (nº 8.987/1995)

- Art. 6º. Toda concessão ou permissão pressupõe a prestação de **serviço adequado** ao pleno atendimento dos usuários, conforme estabelecido nesta Lei, nas normas pertinentes e no respectivo contrato.
- § 1º Serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.



Serviço Público de Energia Elétrica

A definição de números máximos no tocante a quantidade e duração de interrupções de fornecimento de energia elétrica é necessário para:

- conceituar serviço adequado
- → planejamento dos concessionários quanto a investimentos na rede





Piora da Qualidade do Serviço Público

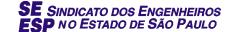
De forma geral constata-se piora na qualidade do serviço público de energia elétrica

Apenas uns exemplos com dados da ANEEL:

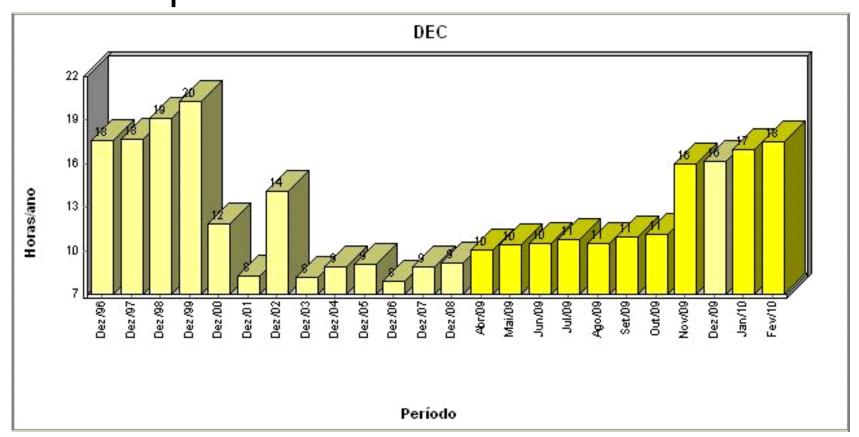
- Eletropaulo
- Light
- CEB (Brasília)



a seguir



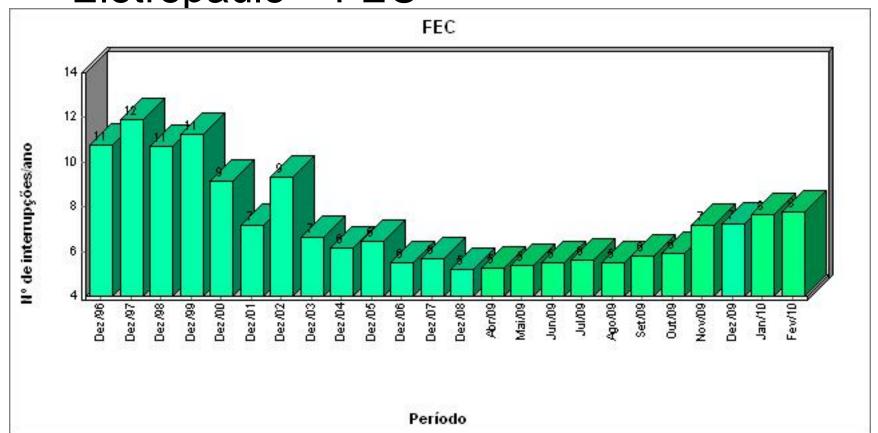
Evolução de Indicadores de Qualidade Eletropaulo – DEC







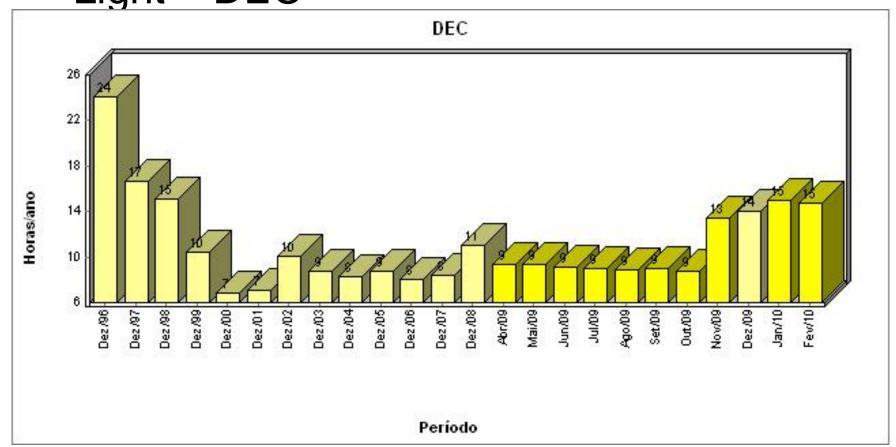
Eletropaulo – FEC







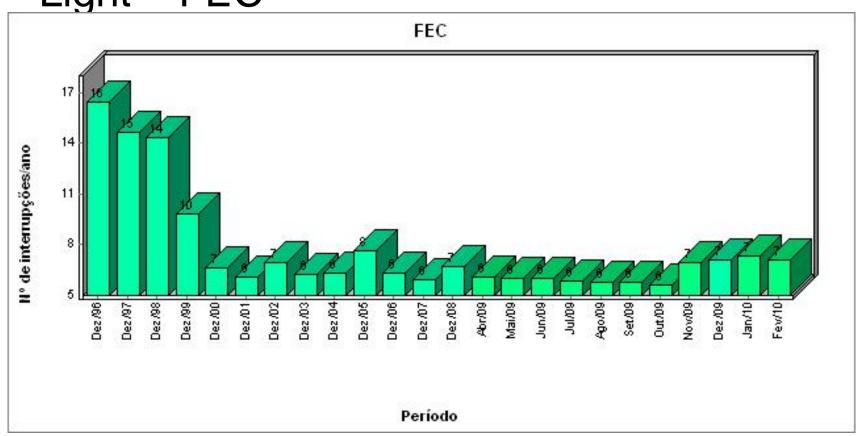
Light – DEC







Light – FEC







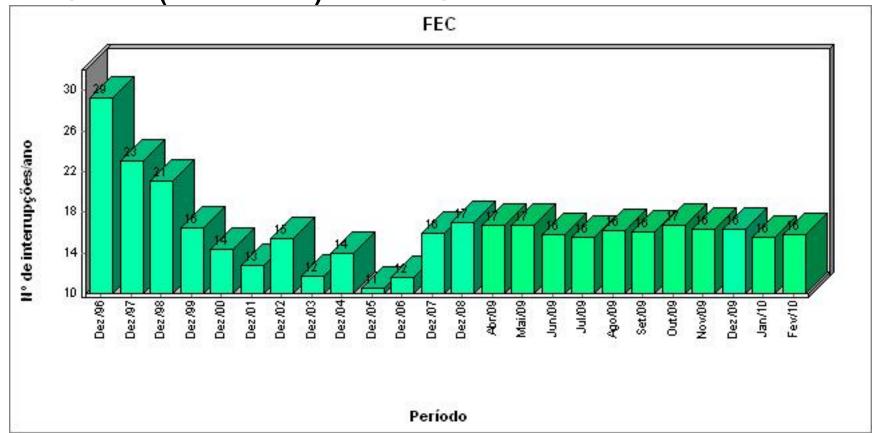
Evolução de Indicadores de Qualidade CEB (Brasília) – DEC

DEC 22 18 16 Horas/ano 12 Dez/97 Dez/99 Dez /02 Dez/03 Dez M4 Dez //08 April09 90'un Agov09 Set/09 Nov/D9 Dez/01 Dez /06 Dez /07 Mai/09 Período





CEB (Brasília) – FEC







Penalização por violação de indicadores de continuidade

- A partir de janeiro deste ano a Distribuidora não é mais multada por violação de indicadores coletivos (DEC e FEC) que era em até 1% do faturamento anual
- Em contrapartida, os padrões de continuidade individuais (DIC, FIC e DMIC) foram significativamente reduzidos implicando em maiores compensações financeiras





Grande Significado da Mudança

- O instrumento de controle do serviço adequado passar a ser visto com enfoque principal do Consumidor
- → Necessidade de descomplicar o processo para que a percepção da qualidade de serviço do consumidor efetivamente coincida com as compensações recebidas em sua conta de energia





Grande Significado da Mudança

- Os consumidores devem entender que agora, mais do que nunca, devem se considerar participe do processo
- Devem fazer um esforço para entender como é feito este controle da qualidade
- ANEEL deverá dar condições de compreensão aos consumidores para consolidar o procedimento





Apuração dos indicadores - DNAEE

Portaria DNAEE 046/1978 (conceito):

 Art. 3º Na apuração dos índices de continuidade (DEC e FEC) devem ser consideradas todas as interrupções, ocorridas em qualquer das partes do sistema elétrico e independentemente de sua natureza - programadas, acidentais, manobras, etc. - admitidas apenas as seguintes exceções:





Apuração dos indicadores DNAEE Portaria DNAEE 046/1978 (expurgos):

- I interrupção com duração inferior a 3 (três) minutos
- II interrupção de consumidor isolado, causada por falha em suas instalações, desde que não afete outros consumidores
- III interrupção decorrente de racionamento de energia elétrica, determinado de acordo com a lei





Apuração dos indicadores – atual

Módulo 8 – item 5.6.2.2. (expurgos extras adiconados):

- iii. interrupção em situação de emergência
- vi. ocorridas em dia crítico
- vii. oriundas de atuação de esquemas de alívio de carga solicitado pelo ONS





iii. interrupção em situação de emergência

Módulo 1 - Emergência:

 Situação crítica caracterizada pela elevação do nível de risco para pessoas, equipamentos e/ou instalações, que exige ação imediata





iii. interrupção em situação de emergência

Exemplo hipotético, o desprendimento de uma cruzeta de poste que ocasione interrupção parcial e permaneça com algum cabo energizado, pode colocar em risco pessoas. Se os reparos durarem 6 horas ainda assim ensejará a interpretação que as interrupções decorrentes possam ser expurgadas





vi. ocorridas em dia crítico

Módulo 1 - Dia em que a quantidade de ocorrências emergenciais, em um determinado conjunto de unidades consumidoras, superar a média acrescida de três desvios padrões dos valores diários. A média e o desvio padrão a serem usados serão os relativos aos 24 (vinte e quatro) meses anteriores ao ano em curso,



vi. ocorridas em dia crítico

Exemplo Hipotético – Condições atmosféricas adversas (fortes chuvas e ventos) associada a não poda de árvores e que provoque inúmeras interrupções e que levem mais de 24 horas para serem restabelecidas

Incentivo a transformar faltas médias em graves





vii. oriundas de atuação de esquemas de alívio de carga solicitado pelo ONS

Módulo 1 - Esquema regional de alívio de carga (ERAC): Sistema de proteção que, por meio do desligamento automático e escalonado de blocos de carga, utilizando relés de freqüência, minimiza os efeitos de subfreqüência decorrentes de perda de grandes blocos de geração





vii. oriundas de esquemas de alívio de carga

ONS sobre blecaute de 10/11/2009: Embora esse blecaute teve maior severidade (perda do sistema de Itaipu), com relação aos de 1999 e 2002, seu impacto foi de menor gravidade, preservando a integridade do Sul, Norte e Nordeste, 90% de MG e totalidade do DF





Expurgos extras e

questionáveis vii. oriundas de esquemas de alívio de carga ONS sobre blecaute de 10/11/2009:

- 1999 : SE Bauru Carga Interrompida : 70%
- 2002 : LT 440kV Ilha Solteira Araraquara (2 circ.) Carga Interrompida : 55%
- 2009 : Sistema de 750 kV e 2 Bipolos de CC Carga Interrompida : 40% - apenas 4 estados de forma significativa. Demais estados atuação do ERAC (esquema



ıl de alívio de carga)

Participação de Usuários Fiscalização

A Lei das Concessões (Lei nº 8.987/1995) Art. 30.

 Parágrafo único. A fiscalização do serviço será feita por intermédio de órgão técnico do poder concedente ou por entidade com ele conveniada, e, periodicamente, conforme previsto em norma regulamentar, por comissão composta de representantes do poder concedente, da sionária e dos usuários

Participação de Usuários Fiscalização Anexo I do Decreto nº 2335/1997:

• Art. 4° À ANEEL compete:

XVIII estimular a organização e operacionalização dos conselhos de consumidores e comissões de fiscalização periódica compostas de represen-tantes da ANEEL, do concessionário e dos usuários, criados pelas Leis nºs 8.631, de 4 de março de1993, e 8.987, de 13 de fevereiro

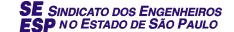




Riscos do novos procedimentos de controle e de qualidade

- 1 Concessionárias passarem a dar uma maior atenção aos grandes consumidores em detrimento dos demais
- 2 Pressão das Concessionárias para mudança do critério





Oportunidades para os Consumidores

- Envolvimento no processo e cobrança para que possam acompanhar e fiscalizar a aplicação dos padrões de indicadores de continuidade
- Contribuições na Audiência Pública da ANEEL a realizar-se no último trimestre do ano
- Cobrança para que os indicadores sejam

 craticio ente controlados dentro do enfoque o

 PROTESTE ecebido pelos Consumido SE SINDICATO DOS ENGENHEIROS PAULO

 PROTESTE ecebido pelos Consumido PO ESTADO DE SÃO PAULO



acessível, segura e sustentável

OBRIGADO!

Carlos Augusto Ramos Kirchner Diretor do SEESP

